

O negro na ciência brasileira contemporânea através de duas amostras

GABRIEL NASCIMENTO*

Resumo

A presença do negro na ciência brasileira ainda é um tema pouco discutido por pesquisadores e educadores, tanto nas universidades quanto nos demais setores da educação, ciência e tecnologia. Neste artigo apresentamos duas amostras, retiradas de dois grupos de trabalho, no âmbito da Capes e do CNPq, para apresentar um perfil etnicorracial da ciência brasileira e analisar a presença do racismo epistêmico na produção do conhecimento.

Palavras-chave: Racismo; Capes; CNPq; Ciência.

The presence of black in Brazilian science remains as an issue not sufficiently discussed by researchers and educators, in the universities and in other contexts of education, science and technology. In this article we present two samples, from two working groups, installed at the so-called research funding agencies Capes and CNPq, aiming at presenting a racial profile of Brazilian science and analyzing the presence of epistemic racism in the production of knowledge.

Key words: Racism; Capes; CNPq; Science.



* **GABRIEL NASCIMENTO** é professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia, e doutorando em Letras pela USP.

Introdução

A ciência brasileira qualificada e organizada tem, pelo menos, 60 anos de existência, desde a criação das principais agências de fomento. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo, surge em 1951, quase duas décadas depois de muita pressão, através da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por sua vez, surgiu na mesma época através do Decreto 29.741, e era chamada pelo nome de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Mais de 60 anos depois, a produção do conhecimento do negro e pelo negro na construção dos arcabouços científicos brasileiros passa a ser objeto do questionamento de movimentos sociais, seja através de sociedades e associações como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), bem como pelos coletivos negros universitários.

Neste artigo trazemos duas amostras produzidas no âmbito da Capes e do CNPq para analisar a presença do negro na ciência brasileira. Essas amostras trazem, no caso da Capes, a presença de pós-graduandos negros nos programas de pós-graduação recomendados pela agência e, no caso do CNPq, a participação dos negros nos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq.

Inicialmente, trazemos à baila a discussão sobre a relação entre colonialidade e poder, a partir da teoria decolonial, para entendermos como se dá no Brasil a construção do que chamamos de racismo epistêmico e, a partir daí, a elaboração e efetivação

dessa forma pouco discutida de racismo, que se prepondera nos espaços de poder e tem relação direta com a manutenção de privilégios.

Como aporte metodológico, nos orientamos através dos marcos de uma pesquisa qualitativa, com o uso de dados quantitativos, para interpretar, à luz da teoria decolonial, a conformidade do racismo epistêmico no Brasil.

Racismo epistêmico e colonialidade do poder

O racismo epistêmico é comumente utilizado nas pesquisas internacionais pelos teóricos latino-americanos do decolonialismo para analisar as formas de construção do conhecimento pelas chamadas amarras ocidentais do colonialismo e da imposição moderna pelo histórico escravista e de exploração colonial há séculos.

Não é fácil dar uma definição, tanto rápida quanto localizada, ao que chamamos de racismo epistêmico, mas algumas pistas passam a surgir a partir da revisitação das obras de alguns autores, como é o caso do sociólogo porto-riquenho Ramon Grossfoguel, do semiótico argentino Walter Mignolo, do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez e da filósofa panamenha Linda Alcoff.

O primeiro conceito que guia nossa análise, a partir desses autores, é a relação entre colonialidade e poder no mundo ocidental. Tomando emprestado o conceito foucaultiano de *disciplina*, o racismo epistêmico se configura através da noção de sujeito criada e difundida no mundo colonial pelo europeu branco e mantida através das elites brancas locais. No mundo pós-colonial, para a manutenção de um *status quo* colonial, a difusão dos privilégios brancos necessita da manutenção do universalismo ocidentalista que é

imaneamente epistêmico, como nos apontam as palavras a seguir:

El universalismo abstracto epistémico en la tradición de la filosofía occidental moderna forma parte intrínseca del racismo epistemológico. Si la razón universal y la verdad solamente pueden partir de un sujeto blancoeuropeo- masculino-heterosexual, y si la única tradición de pensamiento con dicha capacidad de universalidad y de acceso a la verdad es la occidental, entonces no hay universalismo abstracto sin racismo epistémico. El racismo epistemológico es intrínseco al “universalismo abstracto” occidental, que encubre a quien habla y el lugar desde donde habla (GROSSFOGUEL, 2007, p. 71).

Como nos aponta o autor nessa passagem, se esse universalismo abstrato de que tratamos parte de europeus, brancos e heterossexuais, que fundam daí uma tradição de pensamento, há relações colocadas de espaço e tempo na narrativa “global” do Ocidente que permite um pensamento excludente que define o que é e o que não é conhecimento. Em seus escritos, Foucault (2009) já chamava a atenção para o perigo da definição do que é e do que não é objeto científico nessa produção do saber. No caso da tradição do universalismo ocidental, sua abstração no pensamento produzido no território colonial leva à criação de uma matriz de pensamento onde brancos falam pelos negros e os descrevem sem se esforçarem, muitas vezes, para lhes dar voz. É o que eu inadvertidamente considero a relação entre epistemologia e metodologia no *status quo* colonial produzido e mantido no Brasil, porque a produção do conhecimento que ignora as vozes negras é aquela que decide pela utilização de referenciais

metodológicos de afastamento entre pesquisador e participante na pesquisa científica e utiliza fundo metodológico apenas descritivo, sem nenhuma qualidade interventiva, esta no sentido de transformar a sociedade e combater as desigualdades. A minha principal hipótese, que não será explorada com o devido detalhamento neste trabalho, é que essa metodologia é o *know-how* de manutenção de uma epistemologia excludente e racista na Academia brasileira.

O que vem sendo observado como racismo epistêmico, muitas vezes, surge na própria confusão entre um eurocentrismo *versus* fundamentalismo que, na visão de Grossfoguel (2007) reflete um perigo da teoria pós-colonial. Isso se dá porque a postura crítica em relação ao Ocidente não deve deixar de levar em conta que o não-diálogo pode levar a uma estreiteza de pensamento fundamentalista. Para o autor, é preciso haver uma alternativa. Essa alternativa implica em questões diretamente epistêmicas, como é o caso de enxergar, de forma crítica, o papel das democracias burguesas em toda a América Latina e a própria crítica às teorias críticas europeias sobre a Europa. É o caso das teorias pós-modernas que, como sugere Grossfoguel (2007) são uma crítica europeia à modernidade europeia. Não é nesse contexto que se configura a crítica decolonial à modernidade e seu universalismo, e a proposta do autor de configuração de uma “transmodernidade”, pois, como ele nos afirma:

Todo lo dicho hasta ahora [en las críticas decoloniales] no tiene nada que ver con la perspectiva posmodernista. La perspectiva transmoderna no es equivalente a la crítica posmodernista. La posmodernidad es una crítica

eurocêntrica al eurocentrismo. Reproduce todos los problemas de la modernidad/colonialidad (GROSSFOGUEL, 2007, p. 74).

A confusão intermitente que se faz entre a teoria decolonial e a pós-moderna é mais uma vez a redução do papel das vozes marginalizadas pelo próprio discurso epistemológico dominante. Essa separação é importante e merece melhor exploração e entendimento, que não daremos conta neste artigo¹. A perspectiva transmoderna engloba o Ocidente e o exerce criticamente de modo a combater o colonialismo ainda fundante entre nós, sendo possível ir além da modernidade e pós-modernidade.

Se entendemos que todo o pensamento colonialista está implicado num universalismo epistêmico, onde tempo e espaço se configuram, sua manutenção só se pode dar através de mitos entre os colonizados e forças pós-coloniais (trataremos um pouco disso na próxima seção).

Em melhores termos, Fanon (2008) descreve de maneira abundante a relação entre o colonialismo e as máscaras brancas racistas que introduzem a dominação racial pós-colonial ao povo negro. Desde a linguagem até os mitos, o negro pós-colonial é ensinado constantemente a se “desenegrecer”, como se isso fosse possível. Nesse sentido, no trecho a seguir, o autor mostra como a estrutura do racismo invade o sujeito colonizado de modo a fazer com que ele não goste do seu semelhante, e isso leve a uma

desresponsabilização do branco sobre o racismo:

Há cerca de dez anos ficamos surpreendidos ao descobrir que os africanos do norte detestavam os homens de cor. Era-nos realmente impossível entrar em contacto com os nativos. Deixamos a África com destino à França, sem ter compreendido a razão desta animosidade. Entretanto, alguns fatos nos levaram a refletir. O francês não gosta do judeu que não gosta do árabe, que não gosta do preto... Ao árabe se diz: “Se vocês estão pobres é porque o judeu vos enrolou, tomou tudo de vocês”. Ao judeu se diz: “Vocês não estão em pé de igualdade com os árabes porque na verdade vocês são brancos e têm Bergson e Einstein”. Ao preto se diz: “Vocês são os melhores soldados do Império Francês, os árabes se consideram superiores a vocês, mas eles estão enganados”. Aliás, não é verdade, não se diz nada ao preto, não se tem nada a lhe dizer, o soldado senegalês é um infante, o bom-infante-do-seu-capitão, o valente que só-sabe-receber-ordens: – Você não passar. – Por quê? – Eu não saber. Você não passar. **O branco, incapaz de enfrentar todas as reivindicações, se livra das responsabilidades. Eu denomino este processo de repartição racial da culpa** (FANON, 2008, p. 98, grifos meus).

A passagem acima revela, como tem reafirmado Grossfoguel (2013), que o racismo se dá em um conjunto de hierarquias e não como uma substância em si, e, por causa de seu precedente tanto biologicista quanto religioso (SAID, 2007), impõe marcas de exclusão de ódio entre os sujeitos que tiveram seu território e história colonizados, de modo que desresponsabiliza o branco do racismo e

¹ Para uma melhor leitura sobre esse item, veja CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSSFOGUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

desorganiza e deslegitima a luta racial. Nesse sentido, para Fanon (2008), o complexo de inferioridade é uma criação do colonialismo e não do negro.

É nesse contexto de colonialidade do poder que se configura o racismo epistêmico, levando o ódio entre os povos que foram colonizados e invisibilização e apagamento do conhecimento sobre o negro e pelo negro. Neste trabalho entendemos racismo epistêmico como um conjunto de configurações de hierarquização do pensamento para a construção de uma epistemologia branca, heterossexual e de matriz burguesa que decide o que é conhecimento e destrói, subrepresenta, invisibiliza e apaga as genealogias de produção intelectual não-branca.

A seguir destacaremos de forma crítica e mais direta a questão da colonialidade no pensamento científico produzido no Brasil nas últimas décadas através de um mito muito reproduzido entre nós: o brasileiro cordial.

Entre o brasileiro cordial e o racismo cordial

Os mitos sobre o Brasil são objeto de longa discussão nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, como trazem os trabalhos de Chauí (2006, 2000), Holanda (2013) e Souza (2015) etc. Esses trabalhos possibilitam diferentes dimensões sobre esses mitos, e vamos nos concentrar em alguns aspectos deles para tratar da relação entre a ideia de brasileiro cordial e o racismo cordial no Brasil.

O mito fundador que constitui o autoritarismo de nossa sociedade (nas palavras de CHAUI, 2000), tem nascedouro nas elites brancas brasileiras que construíram uma narrativa vencedora de que o Brasil não é um lugar violento (o chamado *mito da não-violência* analisado por CHAUI, 2006) e

que, no país, violento é “o outro”: o menino de rua, a prostituta, o travesti, os negros, os índios, os movimentos sociais e as demais comunidades marginalizadas. Assim, sendo essas comunidades é que são violentas e, portanto, não-brasileiras.

Esse jogo semântico tem a prevalência transitória e temporária do próprio signo (aqui tomando uma dimensão mais derridiana), mas cumpre seu papel fundamental na discussão entre o “dentro” e o “fora” do signo e da identidade: se o Brasil é um lugar cordial e da não-violência, segundo o discurso das elites coloniais, logo, o que é violento é não-cordial e, logo, não-brasileiro. Tomando ainda o conceito de suplementação do adiamento da construção do signo (a partir de DERRIDA, 1978), o sentido de “violento” e “não-violento” vai sendo suplementado, por esse mesmo discurso de prosperidade e meritocracia, através das elites de hoje, para alcançar e inserir outras comunidades marginalizadas como violentas: o jovem de periferia, os LGBTs, as mulheres feministas etc.

Um aspecto fundamental desse discurso civilizatório das elites encontra sombra em uma teoria sociológica muito respeitada nas ciências sociais brasileiras, que é a teoria de Holanda (2013), que, em nossa visão é o ponto de partida para teorização do que é o brasileiro cordial e, a partir daí, definir o que é o racismo cordial no Brasil.

O brasileiro cordial, em Holanda (2013), é uma boa tentativa de oposição à bem-intencionada *unidade morena* trazida à baila na teoria sociológica de Freyre (1936), para quem a mestiçagem (automática, cordial e equilibrada) das raças é algo elogiável no país, produzindo, dessa forma, o arcabouço para afirmação de nossa mestiçagem. Para Holanda (2013), esse brasileiro

cordial é um problema na nossa narrativa, porque é cúmplice de todos os “mal feitos” cometidos no Estado e pelo Estado, de modo que a cordialidade se torna um grande obstáculo de desenvolvimento nacional. O contrário dessa cordialidade é a noção de um Estado republicano, com atores de diversos campos políticos, e de agentes “neutros”.

A partir das cuidadosas análises de Souza (2015), é preciso observar que a oposição de Sérgio Buarque de Holanda à teoria de Freyre (1936) é perigosa à medida que demoniza o brasileiro cordial no Estado e não o demoniza no mercado. Ao não tratar do mercado, a ideia de Estado corrupto e mercado próspero se efetiva como imaginário dominante entre nós, no senso comum. Essa agenda também impôs ao imaginário dos próprios partidos de esquerda a noção de um Estado “neutro” e republicano, levando aos governos mais populares, como é o caso dos governos de Lula e Dilma, a ingênua indicação de pessoas supostamente “mais neutras” para tribunais superiores e funções vitalícias no Estado brasileiro, bem como a observância à indicação em lista dos mais votados pelo Ministério Público Federal para a Procuradoria Geral da República. Em nossa visão, a tentativa de limar uma cordialidade corrupta no Estado nos levou à ilusão de que o Estado, nas dadas condições de democracia burguesa, é neutro. Em nossa visão, e tomando não apenas uma visão estruturalista do marxismo, mas sua própria atualização, o Estado é um espaço disputável por todas as correntes e forças políticas.

Assim, é passível de reconhecimento do *locus* onde se estrutura o chamado racismo cordial. Havendo a tentativa de obstrução da cordialidade no Estado,

através do distanciamento entre interesses privados e públicos, o discurso oficial de Estado nega a violência estruturante e reafirma as narrativas já seculares das elites brancas brasileiras, de que o Brasil não é um lugar de violência e, portanto, não tem racismo. É neste momento que vamos nos centrar de agora em diante.

Parece ser um consenso nos dias atuais, pelo menos entre pesquisadores negros (MUNANGA, 2006; FERREIRA e CAMARGO, 2013, entre outros) da prevalência de um racismo cordial, com peculiaridades coloniais brasileiras que merecem mais cautela e cuidado.

Porém, ainda não é inteiramente defendida a característica estrutural e estruturante desse racismo cordial. Nosso entendimento aqui é que a natureza do racismo cordial é mais complexa do que se parece. Por entendermos o racismo cordial como uma materialização do racismo estrutural entre nós, de modo a reafirmar a ideia de não-violência e, portanto, uma democracia racial, numa república sem racismo (e apenas com preconceito de classe, discurso que une setores da esquerda e da direita), o racismo cordial não poderia existir sem sua matiz institucional, que se reproduz em outras formas de racismo e ações racistas: são os agentes institucionais que produziram, por exemplo, em uma década de governos mais populares, poucos dados etnicorraciais sobre as comunidades marginalizadas de negros, índios, quilombolas etc. na demografia brasileira, que continuou a produzir e reproduzir a desigualdade em espaços institucionais de prestígio dos próprios governos mais populares (com maioria branca), com um não enfrentamento da discrepância etnicorracial na própria ciência, com maioria branca desde a comunidade da pós-graduação até a

comunidade dos Comitês de Assessoramento do CNPq. É neste ponto que nos ligamos ao que foi discutido na seção anterior, no que concerne ao racismo epistêmico. É o racismo epistêmico uma das principais bases do racismo cordial (que convive com a violência, desde setores da direita até setores da esquerda de maneira cordial, reafirmando o mal da cordialidade do Estado enquanto se cala, de forma cordial, com a violência racial conduzida contra grupos marginalizados).

A seguir discutiremos alguns dados a partir da primeira amostra de análise, obtida através de grupo de trabalho na Capes.

A Capes, a Plataforma Sucupira: a primeira amostra

Como dito em nossa introdução, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi criada como *campanha* de formação qualificada para a pesquisa através do Decreto 29.741 de 1951. Mesmo não nos cabendo discussão mais aprofundada sobre avaliação e os méritos da Capes, é indiscutível que ela tem funcionado há décadas como um dos mais importantes referenciais de regulação técnico-científica do mundo, sendo capaz de recomendar milhares de programas espalhados pelo Brasil, além da condução de editais de financiamento, programas de parceria e descentralização e organização do sistema de pós-graduação.

No entanto, como entidade ainda nova (comparada às demais entidades de regulação e organização do mundo), a Capes não tem dado conta de algumas problemáticas, já reivindicadas por organizações, associações e sociedades científicas, como é o caso das assimetrias regionais (com ainda forte

concentração dos programas de pós-graduação no Sul/Sudeste), culturais (do ponto de vista da disparidade entre o investimento entre áreas distintas, sendo que umas recebem muito mais investimento do que outras de acordo com uma dada visão de estratégia) e etnicorraciais (com forte concentração de brancos na pós-graduação). É neste ponto que se centra este artigo.

No âmbito da Capes, um dos maiores entraves que ajudam a dar sustentáculo ao racismo epistêmico e cordial, ao nosso ver, é a inexistência de dados etnicorraciais na pós-graduação. Essa comunidade, regida através das normas criadas pela Capes em seus colegiados e com forte participação da própria comunidade científica, é analisada demograficamente sob diversos aspectos, mas quase ou nunca através do recorte racial. É o caso das bases de dados da própria Capes que até aqui não incluíram sequer a autodeclaração etnicorracial como mecanismo de análise e constituição de sua base de dados.

Os dados etnicorraciais conhecidos até aqui são conduzidos pelos recortes tirados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2013)², levando ao Governo Federal a anunciar a presença de 28% de negros na pós-graduação (tomando pretos e pardos).

No entanto, essa pesquisa passa a ficar sob suspeita após a criação do Grupo de Trabalho (GT) *Inclusão social na pós-graduação* no âmbito da Capes, criado através da Portaria MEC nº 149, de 13 de novembro de 2015³. Com o objetivo de debater a inclusão social de

² Para conferência dos dados da base <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>

³ Eu representei a Associação Nacional de Pós-graduandos nesse grupo.

comunidades marginalizadas na pós-graduação e com representação delas (havia presença de entidades do movimento negro, de representantes indígenas e de pessoas com deficiência), a Capes apresentou, através de seus agentes credenciados, alguns dados referentes à composição de perfil etnicorracial na pós-graduação brasileira. Como é sabido dos agentes que atuam na pós-graduação, a Plataforma Sucupira tem ausência total de autodeclaração e instrumentos para entender a realidade etnicorracial e socioeconômica dos pós-graduandos, sendo aqueles dados os primeiros dados fornecidos pela Capes sobre composição do perfil dos pós-graduandos brasileiros.

Os dados fornecidos pela Capes⁴ foram obtidos através do cruzamento das bases de dados do Censo da Educação Superior, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS- Ministério do Trabalho), tendo como base os números de documentos fornecidos no cadastro de cada base. Esse cruzamento levou à checagem da realidade de estudantes que, ao se autodeclarar em qualquer uma das bases anteriores, foram encontrados na Plataforma Sucupira, da Capes. A tabela a seguir foi obtida no Grupo de Trabalho da Capes, através da junção dos dados da base:

| CENSO + ENEM + RAIS | Número de Alunos |
|----------------------------|-------------------------|
| Encontrado | 374.944 |
| | 85,00% |
| Não encontrado | 66.160 |
| | 15,00% |
| Total | 441.104 |

Tabela 1- Número de pós-graduandos (2013-2015) segundo a junção dos dados das bases

Os números da Plataforma Sucupira para o período estão dispostos a seguir:

| | |
|------------------------------|----------------|
| Doutorado | 154.944 |
| Mestrado | 238.878 |
| Mestrado Profissional | 47.282 |
| Total | 441.104 |

Tabela 2- Número de pós-graduandos (2013-2015) disposto na Plataforma Sucupira

⁴ Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) pela disponibilização dos dados graças ao trabalho primoroso dos professores Dr. Márcio de Castro Silva Filho e Dr. Sérgio da Costa Côrtes pela realização desse estudo preliminar e sua apresentação ao Grupo de Trabalho.

Os dados etnicorraciais a seguir são retirados desse cruzamento de dados e se referem à composição étnica encontrada entre os anos 2013-2015, cruzados a partir da Plataforma Sucupira e encontrados ou no Censo da Educação Superior (CES-2009-2013) ou na base do Enem (2009-2014) ou na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS- 2013-2014):

| COR/RAÇA | Quantidade | % |
|--------------------------|------------|-------|
| Amarela | 2.972 | 0,98 |
| Branca | 119.825 | 39,38 |
| Indígena | 522 | 0,17 |
| Não Declarado | 53.072 | 17,44 |
| Não Dispõe da Informação | 76.491 | 25,14 |
| Não Identificado | 5.630 | 1,85 |
| Parda | 36.198 | 11,9 |
| Preta | 9.583 | 3,15 |

Tabela 3- Cruzamento dos dados a partir das bases de dados CES/ Enem/RAIS/Plataforma Sucupira

Dos 374.293 estudantes cruzados, 81,16% se autodeclararam e constituem a base para nossa amostra. Esse espelho de autodeclaração é muito importante para nossa análise fundamental do racismo epistêmico na ciência brasileira neste artigo. Por outro lado, o percentual de não declarados (17,44%), não identificado (1,85%) e sem informação na base (25,14%)⁵ são preocupantes.

Entretanto, segundo a tabela 2, entre os anos 2013-2015 foram encontrados apenas 15,22% de negros (pretos e pardos). Se recortarmos esse número para pretos, o percentual cai para 3%.

Os dados acima, obtidos com exclusividade pelos membros do Grupo de Trabalho, revelam a disparidade entre negros e brancos na pós-graduação e confirmam outros estudos. Se analisarmos os dados do estudo

⁵ Esses dados se referem àqueles que não obtiveram resultado no cruzamento dos dados nas bases.

*Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*⁶ do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), divulgado em 2013 pelo Governo Federal, naquele ano os brancos, que no período correspondiam a 47% da população, representavam 80% dos mestres e doutores titulados. Os pardos, que eram naquele ano 42% da população, representavam apenas 16% dos mestres e 12% dos doutores titulados. Os pretos, que eram 8% da população, representavam no período 3% dos mestres e 2% dos doutores⁷.

Os dados dessa primeira amostra revelam que a presença dos pós-

⁶ Confira o estudo de forma mais aprofundada aqui http://www.cgee.org.br/publicacoes/mestres_e_doutores.php

⁷ Os dados de censo são por autodeclaração. Até a finalização do artigo não conseguimos os dados detalhados para cada ano.

graduandos negros (pretos e pardos) é muito pequena e não teve evolução como no caso da graduação, e que o número de pós-graduandos negros não acompanhou a política de reserva de vagas nas universidades (iniciada há mais de dez anos, primeiro nas universidades estaduais e depois nas universidades federais através da Lei 12.711/2012). Como já observado, se tomarmos os dados de pretos, os dados caem para 3% de pós-graduandos, igualando-se ao número de pretos diplomados em 2012.

A seguir apresentaremos a segunda amostra, com dados dos comitês de assessoramento do CNPq, para buscar analisar os dados a partir da discussão sobre racismo cordial e racismo epistêmico.

O CNPq e os comitês de assessoramento: a segunda amostra

Tal como a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado em 1951, através da Lei nº 1.310 e fruto de grande pressão da Academia Brasileira de Ciências e da comunidade científica. Durante essas décadas, ao contrário da Capes, que também funciona como agência que normativiza e regula a pós-graduação brasileira, o CNPq tem cuidado da pesquisa para formação, desde a pesquisa básica até a pesquisa aplicada.

Os Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq têm o objetivo de prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de programas e projetos nas mais diversas áreas, e reúnem cerca de 300 pesquisadores indicados pelas sociedades científicas e por pesquisadores com bolsa de produtividade e aprovados pelo Conselho Deliberativo do CNPq.

A Plataforma Lattes é a mais importante base do CNPq, e uma das mais importantes do mundo e reúne pesquisadores das mais diversas regiões brasileiras. Tal como é caso da Plataforma Sucupira, a Plataforma Lattes não permite a autodeclaração etnicorracial dos pesquisadores, o que dificulta uma análise mais aprofundada do perfil etnicorracial na ciência brasileira.

Entretanto, no âmbito da Capes foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de debater o perfil socioeconômico dos CAs da agência. Neste artigo analisaremos alguns dados recortados desse grupo de trabalho, de modo a servir para nossas interpretações e conclusões.

Como a maioria dos CAs têm 0% de membros negros, apresentamos abaixo um quadro com o recorte de alguns dados produzidos nesse GT sobre todos os CAs⁸:

⁸ Os dados divulgados aqui são retirados tanto do âmbito do GT quanto de sua divulgação no estudo de Tavares et aliae (*Online*), disponível em <<http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>>.

| COR/RAÇA | Percentual |
|---------------|------------|
| Branca | 74,3% |
| Parda | 5,5% |
| Preta | 0,3% |
| Amarela | 2,0% |
| Não informada | 17,9% |

Tabela 4- Perfil etnicorracial dos Comitês de Assessoramento do CNPq

Se tomarmos os dados por região, temos os números a seguir:

| Região | Percentual |
|--------------|------------|
| Centro-Oeste | 3,5% |
| Norte | 2,9% |
| Nordeste | 13,9% |
| Sul | 20,8% |
| Sudeste | 59% |

Tabela 5- Perfil dos Comitês de Assessoramento do CNPq por região

Se tomarmos os dados apresentados, os negros (pretos e pardos) representam apenas 5,9% dos pesquisadores qualificados nos Comitês de Assessoramento do CNPq, uma quantidade muito pequena. Esses dados revelam que, num espaço tão qualificado como os CAs do CNPq, não há quase participação e presença de negros na avaliação de projetos tão estratégicos para o país na área de ciência e tecnologia.

A seguir apresentamos algumas discussões através de nossa interpretação dos dados das duas amostras.

Algumas interpretações

Ao observar os dados dispostos nas 5 tabelas apresentadas neste texto, é preciso analisar que são, primeiramente, recorte (e não o todo) de dados cuidadosos disponibilizados pelas duas agências. Em segundo lugar, são dados que refletem dois *loci* de produção científica específicos: a população de pós-graduandos (pós-graduandos regularmente matriculados em mestrados e doutorados, iniciando a vida acadêmica ou no meio da formação científica) e a população dos membros dos CAs do CNPq (que são cientistas com produção intelectual qualificada e conhecida pela comunidade científica, sendo boa parte deles pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq).

Esses dois recortes possibilitam ver o impacto de um *lôcus* para o outro, de modo que uma realidade modifica a outra. Os assessores do comitê são consultores de projetos e programas importantes do CNPq, que avaliam financiamento e formulação de projetos e políticas estratégicas para o Brasil, que os recomendam ou não. Os pós-graduandos, muitas vezes, são aqueles que são recomendados ou não por esses consultores e recebem ou não a chancela do Estado brasileiro para pesquisar.

Ou seja, partindo de nossa discussão teórica sobre a relação entre o racismo estrutural com o racismo cordial, uma das primeiras conclusões que podemos ter é que ele só pode ser cordial à medida que se institucionaliza na narrativa da neutralidade, da cordialidade e da não-violência, tornando-se monumento estruturante da natureza do discurso e das formações discursivas nesses espaços. Ao analisarmos que ambas as amostras têm dados parecidos da composição de negros e negras na ciência, verificamos que, institucionalmente, esse espaço faz prevalecer a cordialidade do racismo estrutural no Brasil de modo a reproduzir, assim, alguns itens:

- a) A ausência de dados (tanto na Plataforma Lattes quanto na Plataforma Sucupira) e a não recomendação para preenchimento de dados de autodeclaração pelos agentes públicos e pela própria comunidade, de modo a incentivar o detalhamento do perfil socioeconômico e etnicorracial da própria comunidade;
- b) A prevalência de dados que ainda não se integram na complexidade das assimetrias

regionais impede uma verificação maior dos lugares e regiões onde se concentram algumas populações etnicorraciais. No caso da Capes, o dado disponibilizado em estudo mais avançado pela agência estava ilegível e não pôde ser analisado neste estudo. Os dados do CNPq tinham o percentual dos membros dos CAs por região e universidade, mas não diziam qual perfil etnicorracial era mais presente em cada região, o que impossibilitou uma análise mais profunda;

- c) Com exceção da publicação do CNPq em seu domínio e site (Cf. TAVARES et. aliae, *Online*), esses dados não foram disponibilizados ou publicados em periódicos nacionais e internacionais, o que dificulta sua utilização pela própria comunidade científica.

Embora essas duas amostras não deem conta das múltiplas possibilidades de recorte e análise, é importante compreender como elas significam e ressignificam uma forma de racismo que se organiza nas hierarquias do conhecimento e promove Epistemicídio dos objetos e da produção negra. Para Carneiro (2005), o Epistemicídio atua como negação da legitimidade do outro, de modo a negar-lhe a voz e a existência, como ela nos expõe a seguir:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de

deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Por isso, segundo a autora, ao negar a legitimidade de um conhecimento, o epistemicídio fere de morte o conhecimento do outro, sendo ele o grande sustentáculo do racismo epistêmico e de suas configurações na universidade brasileira, de modo a silenciar ou acabar com a racionalidade das comunidades marginalizadas, como é o caso dos negros, índios, mulheres, transgêneros, etc.

No caso dos dados criados, entendemos que esta divulgação cumpre o papel de divulgá-los e mostrar um grande marco para a existência do epistemicídio: a ausência de representação de negros e negras na pós-graduação e nos comitês de cientistas que prestam assessoramento e consulta ao CNPq.

Entendemos aqui que a não diversidade nesses espaços faz com que as vozes marginalizadas sejam tratadas de forma subrepresentadas ou de forma naturalizada pela própria Academia, configurando a existência de um racismo epistêmico e, daí em diante, o

epistemicídio das vozes das comunidades marginalizadas.

Outros dados que as tabelas trazem é que, quanto mais escuro se é, menos se está representado tanto na pós-graduação quanto entre os cientistas que julgam os grandes projetos científicos do país.

Por outro lado, não temos dados da evolução dessa população na pós-graduação na última década, o que dificulta uma análise mais aprofundada da participação do negro na ciência e sua inserção nos últimos anos.

A seguir apresentamos algumas conclusões e algumas implicações sobre esses dados para a educação brasileira e para os futuros trabalhos sobre esse objeto.

Algumas conclusões

As implicações educacionais dos dados apresentados neste trabalho são muitas podem arrefecer diversas conclusões. Como o racismo é uma estrutura complexa em nossa sociedade, a primeira conclusão que aqui chegamos é que a maior dificuldade para um pesquisador que investiga a presença dos negros na ciência é a ausência de dados etnicorraciais oficiais.

O Brasil mudou e avançou muito na área de transparência, possibilitando diversos estudos sobre a composição étnica do povo brasileiro. No entanto, na área científica esses ainda são tabus que parecem em transição e merecem cuidado de pesquisadores e pesquisadoras atentos e atentas.

Outrossim, entendemos que a entrada de negros e negras, além das mais diversas comunidades marginalizadas, num espaço como a pós-graduação possibilita novos olhares sobre os objetos científicos e, portanto,

mudanças epistemológicas na própria ciência brasileira.

Neste artigo buscamos apresentar alguns dados que ainda são incompletos e não apresentam a amplitude da representação das desigualdades e exclusão do negro na ciência brasileira. Embora faltem ainda muitos dados complementares, entendemos que essa dimensão pode se dar em trabalhos futuros a partir de novos estudos e trabalhos, tomando como base essas duas amostras.

Desse modo, é necessário haver mudanças tanto na inclusão de grupos marginalizados, quanto no debate, em trabalhos futuros, sobre o papel dessa realidade para a manutenção de privilégios brancos no *status quo* e a manutenção do racismo epistêmico e sua configuração cordial na sociedade brasileira.

Referências

CARNEIRO, A. S. **Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutoramento em Educação). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DERRIDA, J. **Writing and Difference**. UK: The Gresham Press, 1978.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERREIRA, A. J.; CAMARGO, Mária. O racismo cordial no livro didático de língua

inglesa aprovado pelo PNLD. **Revista da ABPN**. Vol. 6, N. 12. P. 177-202. 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 2. ed. São Paulo, SP: Schmidt, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GROSFUGUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROSFUGUEL, R. The Structure of Knowledge in Westernized Universities Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, XI, Issue 1, Fall 2013.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre 'raça', ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n. 68, p. 46-57, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro 2015.

TAVARES, I.; BRAGA, M. L. S.; LIMA, B.S. **Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico**. Disponível em <<http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

Recebido em 2018-04-17
Publicado em 2018-07-06